



# CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO N.º 87/2025

**Primeiro outorgante:** Município de Coimbra, pessoa coletiva nº 506 415 082, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, José Manuel Monteiro de Carvalho e Silva.

**Segundo outorgante**: Clube de Praticantes Coimbra Stand UP Padlle, pessoa coletiva nº 902 037 790, neste ato representado pelo Presidente da Direção, Gonçalo Montezuma de Carvalho.

Entre os outorgantes é celebrado o presente Contrato-Programa, de acordo com os artigos 46.º e 47.º da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, aprovada pela Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro, do regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo consignado no Decreto-Lei n.º 273/09, de 01 de Outubro de 2009, da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, em execução da deliberação em minuta da Câmara Municipal de Coimbra de 22/09/2025, com base na informação MGD nº 81504/2025, com os registos sequenciais de compromisso n.º 70836 e 70837, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

#### Cláusula 1.ª

### Objecto do contrato

Constitui objeto deste Contrato-Programa a comparticipação financeira para apoio à atividade desportiva referente à época 2024/2025, ao abrigo do previsto no Regulamento Municipal de Apoio ao Desporto na seguinte área:

- a) Aquisição de material desportivo estrutural
- b) Incentivo ao alto rendimento.





#### Cláusula 2.ª

#### Apoio financeiro

Na prossecução objeto descrito na cláusula 1ª, o Município de Coimbra concede apoio financeiro à 2ª outorgante como a seguir se discrimina:

- 1. Aquisição de material desportivo estrutural, no montante de 83,46€ (oitenta e três euros e quarenta e seis cêntimos).
- 2. Incentivo ao rendimento, no montante de **416,54**(quatrocentos e dezasseis euros e quinze cêntimos);

#### Cláusula 3.ª

#### Obrigações do Município de Coimbra

Constituem obrigações do Município de Coimbra, atribuição de um apoio financeiro estipulado na Cláusula 2ª, no montante total de 500,00€ (quinhentos euros).

#### Cláusula 4.ª

#### Obrigações do Clube de Praticantes Coimbra Stand UP Padlle

Constituem obrigações do segundo outorgante:

- Enviar ao 1º Outorgante o relatório de execução final do contrato-programa, até ao dia 30 de março do ano seguinte àquele que respeita o contrato.
- Colaborar graciosamente com o 1.º Outorgante e com outras instituições desportivas de Coimbra, a indicar pelo 1.º Outorgante, em ações de interesse municipal;
- Incluir o logótipo em uso da Câmara Municipal de Coimbra em todas as atividades publicitadas pelo 2º Outorgante.

#### Cláusula 5.ª

#### Programa de desenvolvimento desportivo

Os apoios referidos na cláusula 2ª, correspondem ao Programa de Desenvolvimento Desportivo referente à época desportiva 2024/2025, candidatado pelo 2º outorgante.





#### Cláusula 6.ª

#### Acompanhamento e controlo do contrato-programa

Compete ao Município fiscalizar a execução do presente Contrato-Programa, procedendo ao acompanhamento e controlo da sua execução.

#### Cláusula 7.ª

#### Vigência

O Contrato-Programa entra em vigor a partir da data da publicação na página eletrónica do Município de Coimbra, decorrendo o seu período de vigência de 12 meses.

#### Cláusula 8.ª

## Revisão do contrato-programa

Qualquer alteração ou adaptação ao presente Contrato-Programa carece de prévio acordo do Município, a prestar por escrito, sem prejuízo do disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro.

#### Cláusula 9.ª

#### Resolução do contrato

O presente Contrato-Programa pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo Município, caso o 2º outorgante deixe de cumprir as obrigações que aqui assume e, bem assim, de entregar atempadamente os documentos que lhe sejam solicitados pelo Município no decurso da execução do mesmo.

#### Cláusula 10.ª

# Publicitação do Apoio

O presente Contrato-Programa está sujeito à publicação nos sítios de Internet do Município e da Inspeção-Geral de Finanças, nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, e da Lei n.º 64/2013 de 27 de agosto, confirmado pelo Despacho nº 1169/2014 do Ministério das Finanças, datado de 24 de janeiro.





# Cláusula 11.ª

	Disposições finais	
As questões omissas regem-s	se pelas disposições legais aplicáveis.	
Este Contrato-Programa foi feito em duplicado no dia de		de 2025, ficando um
exemplar na posse de cada u	m dos outorgantes.	
	O Município de Coimbra	
	(José Manuel Monteiro de Carvalho e Silva)	
	(Jose Manuel Monteiro de Carvaino e Silva)	
	Coimbra Stand UP Padlle	
	Combra Stand Or Fadne	
	(Gonçalo Montezuma de Carvalho)	

Min.: RO Elab. :RO Conf. : FB

Serv. Emissor: DD